



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS III – “OSMAR DE AQUINO”  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**EDNA SOARES DA SILVA SANTOS**

**PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO: refletindo sobre a  
etapa inicial da formação dos alfabetizadores**

**GUARABIRA - PB  
2012**

**EDNA SOARES DA SILVA SANTOS**

**PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO: refletindo sobre a  
etapa inicial da formação dos alfabetizadores**

Trabalho de conclusão do curso apresentado ao curso de graduação de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Mestre em Educação Cláudia Costa Duarte.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE  
GUARABIRA/UEPB

S237p

Santos, Edna Soares da Silva

Programa Brasil Alfabetizado: refletindo sobre a etapa inicial da formação dos alfabetizadores / Edna Soares da Silva Santos. – Guarabira: UEPB, 2012. 23f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual da Paraíba.

“Orientação Prof. Ms. Cláudia Costa Duarte”.

1. Alfabetização - Práticas                      2. Formação  
do Alfabetizador 3. Programa Brasil Alfabetizado  
I.Título.

22. ed. 372.6

**EDNA SOARES DA SILVA SANTOS**

**PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO: refletindo sobre a etapa inicial da  
formação dos alfabetizadores**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação do Curso de Licenciatura Plena  
em Pedagogia da Universidade Estadual da  
Paraíba – Campus III - Guarabira, em  
cumprimento à exigência para obtenção do  
grau de licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Mestre em Educação  
Cláudia Costa Duarte.

Aprovado em: 02 / 07 / 2012.



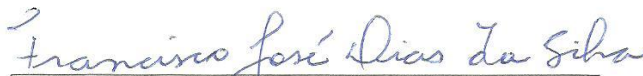
Prof<sup>ª</sup>. Cláudia Costa Duarte / UEPB

Orientadora



Prof<sup>ª</sup> Esp. Ana Célia Silva Meneses / UEPB

Examinadora



Prof. Esp. Francisco José Dias da Silva / UEPB

Examinador

## **PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO: refletindo sobre a etapa inicial da formação dos alfabetizadores**

Santos, Edna Soares da Silva<sup>1</sup>

### **RESUMO**

O presente artigo trata do processo formativo do alfabetizador, no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado. Objetivou compreender como se dá a etapa inicial da formação no Programa. Resultou de uma pesquisa teórica em textos acadêmicos, resoluções do PBA e nos materiais utilizados no processo de formação, e da aplicação de um questionário. Foi impulsionado pelas seguintes questões: Quem pensa o processo de formação dos alfabetizadores? Como se dá a escolha dos temas e dos textos trabalhados na formação inicial? A partir dos dados coletados com dois formadores foram feitas reflexões relacionando as opiniões dos sujeitos e teoria analisada. Ao final, concluiu-se que se deve pensar a forma de inserção do alfabetizador no Programa Brasil Alfabetizado e que a formação inicial é imprescindível para a prática de alfabetização, pois o alfabetizador terá acesso a conhecer a teoria para melhor desenvolver sua prática.

Palavras-chave: Práticas de alfabetização. Programa Brasil Alfabetizado. Formação do alfabetizador.

### **INTRODUÇÃO**

O presente artigo vem cumprir uma exigência do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, da Universidade Estadual da Paraíba como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). O mesmo visa refletir sobre o processo de formação inicial dos alfabetizadores no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado (PBA).

O Programa Brasil Alfabetizado tem muitos elementos a serem pesquisados, mas a formação inicial do alfabetizador foi o aspecto que me chamou atenção. Para justificar essa escolha destaco a relevância pessoal e social do tema. Do ponto de vista pessoal vem responder a algumas inquietações surgidas no decorrer da experiência enquanto alfabetizadora, no município de Guarabira. Foi a primeira experiência de sala de aula e se deu através do Programa Brasil Alfabetizado quando eu cursava o segundo período do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, UEPB. Ao participar da etapa da formação inicial, promovida pela Secretaria de Educação do Estado, nas etapas 2008, 2009 e 2010 me surgiram

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso em Pedagogia, da Universidade Estadual da Paraíba, Campus III - Guarabira. ednasoares30@hotmail.com

questões tais como: Quem pensa o processo de formação dos alfabetizadores? Como se dá a escolha dos temas e dos textos trabalhados na formação inicial?

Já a relevância social é muito importante que as pessoas compreendam que o PBA é uma forma acessível de alfabetização e que tem como objetivo erradicar o analfabetismo no Brasil, uma vez que apesar de existir a quase uma década o Programa é ainda pouco conhecido pela sociedade e por isso é de suma importância entender como se dá o processo de formação desses alfabetizadores.

Como metodologia para realização desse trabalho utilizei uma pesquisa teórica através de artigos acadêmicos, resoluções do PBA e dos próprios textos utilizados no processo de formação dos alfabetizadores, além da aplicação de um questionário com dois formadores do Programa (ministrantes da formação inicial) que participaram das formações nas referidas etapas.

Os autores Vanilda Paiva, José Carlos e Vera Barreto foram muito relevantes para a construção deste trabalho, uma vez, que contribuíram na compreensão da história das iniciativas de alfabetização de adultos no Brasil e da importância da formação inicial de alfabetizadores respectivamente.

Para uma melhor compreensão deste artigo o apresentarei em três momentos: no primeiro momento mostrarei um breve histórico de algumas práticas de alfabetização de jovens e adultos que antecederam o PBA com a finalidade de conhecer melhor o Programa tendo em vista seus objetivos. No segundo momento abordarei sobre o processo formativo dos alfabetizadores no Programa. Já no terceiro momento será visto o olhar dos formadores responsáveis pela formação inicial. E por fim, as conclusões em que farei uma reflexão sobre os dados coletados.

## **1 UM BREVE HISTÓRICO DAS PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS QUE ANTECEDERAM O PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO**

Para entender o contexto do PBA é preciso compreender outras iniciativas da área de alfabetização de jovens e adultos que ocorreram nas décadas passadas e assim refletir as formas como vem se dando o atendimento educacional nessa modalidade de ensino na etapa inicial, que é a alfabetização.

As iniciativas de superação do analfabetismo adulto não são recentes pelo contrário, já existe a várias décadas. Embora venha ocorrendo mudanças na estrutura de funcionamento, os objetivos são os mesmos. Esses objetivos sempre foram mudar a realidade do país em relação

ao analfabetismo questão do analfabetismo, um problema de ordem social que afeta uma significativa camada da sociedade.

Na obra “A educação popular e educação de adultos” Paiva (1987) relata como foi o processo histórico da EJA no Brasil, através das campanhas como forma de mobilizações política, que tomou grandes proporções para o atendimento a um determinado público alvo (os analfabetos), com propostas teoricamente satisfatórias como ocorreu com a experiência no Distrito Federal e a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) que tinham o objetivo de elevar o nível de padrão de vida dessas pessoas que viviam à margem da sociedade, através da educação.

No ano de 1928 houve uma reorganização nos cursos elementares noturnos que passaram a chamar-se de Cursos Populares noturnos, esses passaram a ser ministrados como ensino primário elementar em dois anos direcionado a adultos analfabetos. Em consequência dessa reorganização houve um aumento significativo de 25% nas matrículas em 1929. Já no ano de 1932, com o decreto nº 3.763 de 1 de fevereiro foram alteradas algumas disposições da reforma de 1928 criando cursos de continuação e aperfeiçoamento. No ano seguinte com o decreto nº 4.299 de 25 de julho reformava-se o ensino elementar de adultos e organizavam-se os cursos de aperfeiçoamento. Porém, os cursos não puderam ser iniciados no mesmo ano por falta de recursos orçamentários. Esses cursos eram planejados de acordo com os interesses dos alunos. Os cinco primeiros cursos foram instalados 1934 após propagandas através da imprensa e com isso acarretou uma demanda muito grande de matrículas para as possibilidades de atendimento imediato.

Esta experiência de educação de adultos é muito importante na história da educação brasileira não somente pelas características de sua organização – configurando-se como o primeiro movimento de caráter extensivo fora dos moldes tradicionais das escolas noturnas - mas principalmente pelo seu aspecto político (PAIVA, 1987, p.170-171).

Outra iniciativa de destaque no campo da alfabetização foi a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA). Aprovada em 15 de janeiro de 1947 a Campanha surgiu através da regulamentação do Fundo Nacional de Ensino Primário (FNEP) no desejo de atender aos apelos da Unesco para a melhoria da educação popular. No seu plano interno visava à possibilidade de qualificar mão-de-obra alfabetizada nas cidades. A CEAA no seu caráter de campanha alfabetizadora pretendia atingir grandes contingentes populacionais. Seu objetivo político estava ligado à ampliação das bases eleitorais, pois era preciso combater a

desintegração social através da recuperação da população analfabeta que até então ficaria a margem do processo do desenvolvimento do país. A campanha também se preocupou em elaborar um material didático para adultos procurando uma metodologia adequada para uma prática docente direcionada ao público analfabeto. “Pretendia-se, numa primeira etapa, uma ação extensiva que previa a alfabetização em três meses, e mais a condensação do curso primário em dois períodos de sete meses” (PROPOSTA CURRICULAR PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – ENSINO FUNDAMENTAL 1º SEGMENTO, 1999, p. 20).

A CEAA existiu por 11 anos, mas em 1958 seu declínio veio ao auge quando no II Congresso Nacional de Educação de Adultos foi avaliado o seu o fracasso, pois a mesma só atingiu o propósito de levar as pessoas a assinarem os nomes, tornando-se eleitores aptos a votarem, mas, não contribuiu para a diminuição dos índices de analfabetismo no país.

O Seminário Internacional de Educação de adultos (1949) foi um evento no qual se reuniu vários profissionais da educação de diversos países para discutir as formas de trabalhos desenvolvidas nessas experiências para um melhor rendimento no atendimento educacional a população analfabeta, porém levando em consideração a insuficiência na escola primária a qual seria responsável pelo alto índice de analfabetismo principalmente no atendimento rural. Para mudar tal realidade foi implementada a Campanha Nacional Educação Rural (CNER).

A CNER surgiu em 1952 sua criação foi um dos pontos mais relevantes em prol do ensino rural. Seu objetivo pretendia que o homem do campo pudesse evoluir socialmente incentivando a elevação dos padrões de vida.

Pretendia a CNER contribuir para acelerar o processo evolutivo do homem rural nele despertando o espírito comunitário, a ideia de valor humano e o sentido de suficiência e responsabilidade para que não se acentuassem as diferenças entre a cidade e o campo em detrimento do meio rural onde tenderiam a enraizar-se a estagnação das técnicas de trabalho, a disseminação de endemias, a consolidação do analfabetismo, a subalimentação e o incentivo às superstições e crendices (PAIVA, 1987, p. 197).

As missões educativas da campanha tinham em seus principais propósitos a “organização social comunitária”, pois acreditavam que os problemas do meio rural poderiam ser solucionados através da educação. A CNER desenvolveu suas atividades em vários estados do Brasil principalmente no Nordeste. Seu funcionamento veio ser extinto depois de 11 anos em 1963, ela foi extinta junto as outras campanhas do MEC. A atitude de extinguir a



campanha só reforçava o reconhecimento do fracasso da mesma, pois “a aplicação da metodologia de desenvolvimento e organização social de comunidades não era suficiente para provocar o desenvolvimento, que este dependia de outros fatores que não o educativo” (PAIVA, 1987, p. 202).

De 1958 a 1964 foi um período de grande mobilização no campo da EJA, pois havia um elevado número de eleitorado analfabeto, então em 1960 vários grupos se organizaram no intuito de promover programas de educação dos adultos. Essa mobilização para os políticos da época era importante no que diz respeito ao desenvolvimento educacional do país até mesmo para aumentar a demanda de votos dos analfabetos que era em grande proporção.

Foi nesse momento da mobilização que repercutiram as ideias de Paulo Freire voltadas para o campo educacional, quando no II Congresso de Educação de Adultos em 1958 Paulo Freire apresentou a palestra com a temática “A educação de adultos e as populações marginais: o problema dos mocambos” que foi contrario a visão de analfabetismo da época, pois o mesmo proferiu que as causas sociais do analfabetismo eram consequências da desigualdade que o ser humano se encontrava. O documento da palestra mostrou princípios educativos inovadores, que futuramente serviu como subsídios para direcionar a teoria freireana na década de 1960.

A grande mobilização da época ocorreu através de um movimento universitário voltado a promover a cultura popular na valorização das expressões artísticas e culturais e principalmente combater o preconceito do analfabetismo, formando assim o Movimento de Cultura Popular (MCP). O movimento em seus princípios ético-político-pedagógicos queria “formar uma nova imagem do analfabeto, como homem capaz e produtivo, responsável por grande parcela da riqueza da nação” (PAIVA, 1987, p. 205).

Em 1964 com o golpe militar, tanto o MCP quanto os princípios da metodologia de alfabetização de Paulo Freire foram contestados e respectivamente considerados ameaçadores para o país, uma vez, que o método de alfabetização de Paulo Freire era desenvolvido para a conscientização e a transformação dos alfabetizando possibilitando serem sujeito da sua própria história.

Logo após a represaria do golpe foi adotada uma nova iniciativa para a alfabetização de adultos, denominada Cruzada da Ação Básica Cristã (Cruzada ABC). Nascida em Recife seus objetivos definia-se como um programa que ajudaria o analfabeto nordestino a acompanhar o processo de industrialização que a região nordeste estava passando na época, tendo em vista que o analfabeto era um potencial de trabalho que se encontrava à margem da sociedade industrializada. De acordo com Paiva (1987, p. 268) o homem

analfabeto “era definido como um ‘parasita econômico’ que, através da educação, deveria começar a produzir e a participar da vida comunitária”. Apesar da grande quantidade de recurso repassado, por parte do governo federal, a Cruzada não resistiu as críticas pela má aplicação dos recursos públicos e entre os anos de 1970 e 1971 extinguiu as atividades.

No decorrer da Cruzada ABC o governo sancionou a Lei nº. 5.379 no ano de 1967 criando o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), em seus princípios pedagógicos “estabelecia que a alfabetização de adultos deveria estar vinculada às prioridades econômicas e sociais e às necessidades presentes e futuras de mão-de-obra [...]” (PAIVA, 1987, p. 292). Para executar as tarefas de alfabetização houve a oportunidade política de estudantes universitários desenvolverem as atividades docentes. Os objetivos do programa definiam-se para a alfabetização funcional, pois visava a valorização do homem através da leitura e escrita, cálculos e conseqüentemente ao aperfeiçoamento dos processos de vida e trabalho e com a integração social. Assim como os programas anteriores o Mobral pretendia torna extinto o analfabetismo no País.

O Mobral foi um dos maiores programas de alfabetização da Ditadura Militar que o Brasil já teve, pois tinha toda uma proposta pedagógica através de material didático padronizado, além de um investimento relevante (que talvez seja por isso a grande repercussão do Programa) contudo, não atendeu a demanda dos analfabetos. O Programa veio a extinguir-se em 1985 quando o país já vivia em outro regime político.

Em substituição ao Mobral foi criada a Fundação Educar com a finalidade de acompanhar secretarias de educação e instituições, como associações, igrejas e sindicatos, que recebiam recursos para a execução de projetos para iniciativas educacionais de educação de adultos. A Fundação Educar surgiu quando o Brasil já vivia um processo político democrático, em que, os movimentos sociais voltado para a educação manifestavam suas iniciativas, por isso “as experiências de alfabetização foram se ampliando, construindo reflexões, articulações e possibilitando uma nova alternativa de educação de jovens e adultos e educação popular” (DUARTE, 2011, p. 57).

Nos anos 1990, a EJA já passa a ter outra visão no atendimento escolar, pois dados do IBGE mostravam que brasileiros com 15 anos ou mais, cerca de 15,3 milhões não completaram sequer um ano de escolaridade por isso a procura passava a ser pela continuação da escolarização nas series iniciais, sendo atendido no que era denominado de ensino supletivo.

Foi também na década de 90 que ocorreu um grande marco na história da educação, inclusive para a EJA. A ONU declarou que 1990 seria o Ano Internacional da Alfabetização,

no qual ocorreu uma Conferência Mundial de Educação para Todos que reuniu diversos patrocinadores de grande relevância como: UNESCO, PNUD, Unicef e o Banco mundial. Foi a partir desse evento, que realmente ocorreu o conceito que a educação seria para todos e conseqüentemente a EJA, a Educação Inclusiva etc. Com isso acreditavam que o problema educacional no mundo passaria a ter um amplo conceito de educação básica.

Outro evento internacional que foi um marco nessa década 90 foi a V Conferência Internacional de Educação de Adultos (V CONFINTEA) realizada na Alemanha, que traz o entendimento da educação ao longo da vida.

No Brasil, no ano 1996, na política do governo Fernando Henrique Cardoso um novo programa de alfabetização foi lançado, denominado de Programa Alfabetização Solidária (PAS). Funcionava através de parcerias entre governos municipais, empresariados e universidades, como objetivo de diminuir os índices de analfabetismo no país expandindo o acesso de jovens e adultos à educação nos municípios que apresentavam os índices mais elevados de analfabetismo.

A estrutura do Programa visava através das esferas governamentais que a institucionalização da EJA fosse um percurso natural após o processo de alfabetização. Neste sentido “a alfabetização é apenas o primeiro passo no caminho do conhecimento” (ESTEVEZ, 2002, p. 1).

Assim como todas as outras iniciativas passadas para a alfabetização, o PAS também tem como finalidade extinguir um das principais mazelas da sociedade, o analfabetismo, porém a visão do público alvo que o Programa tem, difere dos Programas anteriores, pois o PAS vê na institucionalização da EJA um meio da pessoa analfabeta dá continuidade na busca do conhecimento e tornasse um ser capaz desenvolver sua cidadania através da educação.

A EJA nas últimas décadas passou a ter novos olhares em função das mudanças sociais, no processo de trabalho, globalização etc. As conferências internacionais de educação de adultos (CONFINTEAs) intensificam as discussões sobre a EJA no que diz respeito à melhora na assistência educacional dessa modalidade de ensino. No âmbito nacional cresce a participação dos setores organizados da sociedade civil que juntamente com o poder público passa a discutir as ações da EJA, principalmente, após 2003 quando inicia a primeira gestão

do Governo Lula. Como política de alfabetização foi criado o Programa Brasil Alfabetizado e de incentivo a EJA, no nível do Ensino Fundamental, o Programa Fazendo Escola<sup>2</sup>.

As conferências, congressos, seminários e fóruns de EJA são muito importantes no que diz respeito aos avanços no atendimento à EJA, pois os que compõem esses eventos discutem os problemas encontrados através das representações das instituições que atuam nessa modalidade nos Estados, Municípios e Distrito Federal.

### 1.1 O Programa Brasil Alfabetizado

Na primeira década do século XXI, foi lançado como a política pública de alfabetização do governo Lula o Programa Brasil Alfabetizado “tido como uma das principais metas presidenciais desde 2003” (MACHADO, 2009, p. 26) e veio em substituição ao Programa Alfabetização Solidária.

As ações eram desenvolvidas a partir do repasse de recursos do governo federal a secretarias estaduais e municipais de educação, ONGs, universidades, movimentos sindicais e populares, ou seja, o programa repassava recurso para essas instituições que atuavam na alfabetização de jovens e adultos, porém, em 2007 a parceria passou a ser apenas com as secretarias estaduais, municipais e com o Distrito Federal.

Por isso, uma das características importantes das políticas públicas de educação de jovens é sua orientação em direção a uma maior centralização no âmbito federal ou tendência à descentralização em direção aos governos estaduais e municipais. Outro aspecto relevante são os vínculos e a distribuição de responsabilidades entre os governos e as organizações sociais nesse campo educativo (UNESCO, 2008, p.38).

Dentre seus principais objetivos o Programa visa ser a porta de entrada para a cidadania à medida que promove a educação por meio da escolarização para seu público alvo que são eles: jovens, adultos e idosos e assim concretizando a educação como direito de todos em qualquer fase da vida.

Propiciar inclusão educacional para as pessoas que não tiveram a acesso a leitura e a escrita por meio da escolarização na idade própria se configura uma ferramenta de fundamental importância para a construção de uma sociedade democrática e a garantia dos

---

<sup>2</sup> O Programa Fazendo Escola vem em substituição ao Programa Recomeço, se configurava numa ação de repasse financeiro aos Estados, municípios e ao Distrito Federal com o objetivo de ampliar as ações de EJA.

direitos humanos, como forma de minimizar a exclusão e a “desigualdade que remete a forte heterogeneidade na distribuição da educação de qualidade entre os brasileiros ao longo da história” (UNESCO, 2005, p. 348). O problema do analfabetismo decorre principalmente da falta de escolarização de qualidade para a aprendizagem da leitura e escrita e da desigualdade social.

Este Programa vem sendo regulamentado por Resoluções anuais que norteiam todo o processo de implementação das ações. No que se refere à formação do alfabetizador destaca aspectos sobre o perfil do mesmo.

Na Resolução CD/FNDE Nº 36 de 22 de junho de 2008 estava expresso que os alfabetizadores deveriam ser, preferencialmente, professores da educação básica da rede pública de ensino, porém na falta destes, permitia-se pessoas com formação mínima de ensino médio para alfabetizar no PBA. Já nas Resoluções CD/FNDE nº 12, de abril de 2009 e CD/FNDE nº 6 de 16 de abril de 2010, acrescenta-se que para ser alfabetizador deveria ter experiência em educação, preferencialmente em educação de jovens e adultos.

Os alfabetizadores que atuam nesse campo têm sido nomeados de variadas formas: educadores, educadores populares, monitores, instrutores, facilitadores, capacitadores, alfabetizadores, professores, formadores de adultos, agentes sociais, entre outros. Essas designações não só dizem respeito à diversidade de papéis e funções que assumem, mais também expressam o modo como se compreendem a profissionalização desses agentes (UNESCO, 2008, p. 100).

O Programa Brasil alfabetizado apresenta nas suas Resoluções uma nova nomenclatura, a do alfabetizador voluntário, ao regulamentar que o trabalho a ser desenvolvido pelo alfabetizador se constitui numa ação voluntária pela qual receberá uma bolsa. “A título de bolsa, o FNDE/MEC pagará mensalmente aos voluntários cadastrados no Programa, a cada turma ativa, até o limite dos meses da duração da turma definido no PPAIfa. [...] Para que o FNDE proceda ao pagamento ao bolsista é indispensável que este tenha assinado Termo de Compromisso com o Programa”(RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 12, DE 3 ABRIL DE 2009, ART. 18, PARÁGRAFO ÚNICO, I).

No que diz respeito a etapa inicial da formação dos alfabetizadores a Resolução CD/FNDE Nº 36 de 22 de junho de 2008 determinava uma carga horária de no mínimo 36 horas presenciais. Já as Resoluções CD/FNDE Nº 12, de 3 abril de 2009 e CD/FNDE Nº 6 de 16 de abril de 2010 indicava que a formação inicial deveria ter carga horária de, no

mínimo, 40 (quarenta) horas presenciais, sendo no mínimo 34 horas de formação para alfabetização e 6 horas de capacitação para o Programa Olhar Brasil

## **2 O PROCESSO FORMATIVO DOS ALFABETIZADORES NO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO**

Antes de falar sobre a etapa inicial da formação dos alfabetizadores no PBA apresentarei como se deu a minha inserção no Programa para que os leitores possam entender o que me levou a pesquisar sobre a formação. Reconheço que apesar das dificuldades enfrentadas pela falta de experiência, as vivências nas três etapas formativas, juntamente com as leituras das disciplinas do curso de Pedagogia levaram-me a uma mudança de concepção sobre o que vem a ser uma formação de alfabetizadores para atuar com jovens e adultos, conforme explícito a seguir.

### **2.1 A minha inserção enquanto alfabetizadora no PBA**

A inserção como alfabetizadora no PBA se deu através do convite de uma diretora de escola pública situada numa comunidade rural pertencente ao município de Guarabira. Na oportunidade a mesma foi informada pela Gerência Regional de Educação que na escola onde era gestora iria funcionar duas turmas de alfabetização de jovens e adultos, para tanto deveria procurar as alfabetizadoras e que estas tivessem no mínimo o curso de nível médio do magistério. Como a diretora tinha conhecimento que eu cursava Pedagogia na UEPB me procurou e lançou a proposta para assumir uma das turmas. Eu logo aceitei o convite, pois não tinha experiência na área de educação e precisava conhecer na prática aquilo que vinha refletindo na teoria no curso de Pedagogia. O desafio foi ir a busca dos alunos para realizar as matrículas no prazo de uma semana, uma vez em muitos casos era necessários uma ação de convencimento. Foi a diretora que encaminhou a minha documentação e as fichas de inscrição dos alunos para a regional de ensino.

Eu já tinha ouvido falar do Programa, pois já havia funcionado uma sala de aula no local em que iria atuar, porém desconhecia sua estrutura de funcionamento. Após as inscrições dos alunos se passaram cinco meses sem se ouviu falar mais nada do início das aulas. Um dia recebi uma ligação de uma das pessoas que se apresentava como coordenadora, comunicando da formação inicial, que aconteceria no município de Sapé, durante uma semana seguinte. A princípio fiquei meio confusa, pois se passou tanto tempo sem informação do

Programa e isso me levava a acreditar que não iria mais funcionar. Na época eu pensei em desistir, pois estava no fim do semestre letivo da universidade e tinha muitos trabalhos para terminar, além disso, eu passava por alguns problemas de saúde.

Viajei para a cidade de Sapé muito apreensiva e ao mesmo tempo ansiosa para ouvir as orientações a serem dadas na formação, pois como estava sendo o primeiro contato com sala de aula eu buscava a “receita pronta” para desenvolver na sala. Fiquei impressionada com a quantidade de alfabetizadores que estava lá e me perguntei como uma pequena região dentro do nosso Estado poderia haver uma população com tantos analfabetos, tendo em vista o número de pessoas que iria atuar como alfabetizadora.

Ao longo da formação eu me sentia meio frustrada porque um dia após o outro esperava a “receita” e ela não era apresentada. Por outro lado, eu me sentia familiarizada com o material didático da formação e a forma de trabalhar do ministrante porque era tal qual as discussões que eu tinha na universidade, ou seja, a formação se dava através de base teórica. Durante a semana eu passei a conversar com alfabetizadoras que já haviam atuado nas etapas passadas do Programa e assim pude refletir sobre o que fazer para desenvolver minha aula de acordo com aquela teoria estudada na formação.

O que ouvia das colegas alfabetizadoras era contraditório a tudo aquilo que eu estava vivenciando na formação, do material didático e até mesmo nas reflexões em sala de aula. A metodologia que elas relatavam estava voltada para uma alfabetização muito enraizada na infantilidade, voltada para soletração com conteúdos que não traziam nenhum aprendizado para o educando do PBA. No entanto, eu não posso discordar dessa metodologia, pois ela está inserida no método sintético, o qual eu acredito pode dar certo à medida que seja utilizado para atender um determinado alfabetizando com maior dificuldade de aprendizagem. Todavia no material trabalhado na formação dizia que este método nega a leitura enquanto comunicação utilizável pelo aluno, já que nele ler significa apenas decifrar o código escrito. Nessa formação, os conteúdos estavam voltados também para o planejamento, a questão da aprendizagem e da avaliação.

Recordo do meu primeiro contato pessoal com a coordenadora, foi para tratar de questões burocráticas como: data de entrega de frequências, planos de aula etc, e nada da dimensão pedagógica. Assim para desenvolver minha prática em sala de aula, busquei com as alfabetizadoras que atuaram na localidade, materiais que pudessem subsidiar o planejamento das minhas aulas, já que não havia sido fornecido nenhum material didático para ser trabalhado no Programa.

Ao iniciar na sala de aula me sentia um “peixe fora d’água”. Não que eu não soubesse o que fazer, mas a ansiedade transparecia em todo momento. Mesmo assim deu tudo certo, pois a cada dia eu me familiarizava com os alunos. Foi muito bom trabalhar numa escola onde a gestora ajudava quando precisávamos de algum auxílio de material pedagógico, uma vez que não recebíamos materiais didáticos suficientes e a gestora reconhecia a importância de uma sala de aula de alfabetização na localidade e por isso entendia que os alunos também faziam parte da escola. De início eu planejava a minha aula junto à outra alfabetizadora que lecionava no mesmo Programa e na mesma escola. Porém percebi que apesar de serem turmas de alfabetização não estava sendo possível trabalhar da mesma forma, pois eram grupos com faixas etárias, saberes e agilidade cognitiva diferente.

A minha turma tinha apenas sete alunos, quantidade mínima permitida para o funcionamento de uma sala de aula na zona rural. Seis eram trabalhadores de uma das fábricas de tijolos existentes no lugar e uma dona de casa. Não era tarefa fácil lidar com cansaço físico desses trabalhadores e muito menos com a baixa estima deles em relação a sua condição de pessoa não alfabetizada. Quando iniciei o trabalho no PBA, coincidiu que eu estava cursando a disciplina de educação popular e as discussões faziam ponte com o que eu estava vivenciando em sala de aula. Ler o que Paulo Freire dizia sobre a EJA fazia com que eu refletisse sobre minha prática diante a realidade dos meus educandos. Com o passar do tempo eu percebia como eu me identificava com essa modalidade de ensino e como o curso de pedagogia me mostrava caminhos para eu poder desenvolver meu trabalho como alfabetizadora.

Antes de terminar a etapa 2008 a coordenadora do PBA lançou a proposta para eu continuar na etapa 2009 eu logo aceitei junto a outra alfabetizadora. A formação aconteceu novamente em Sapé, estar ali naquele pólo já não era motivo de ansiedade para mim, mas a esperava obter novos aprendizados. Porém nessa etapa enfrentamos algumas dificuldades, pois houve mudança da gestora da escola que passou a não prestar nenhuma assistência as turmas, dizia “a escola apenas empresta a sala de aula para o Programa e não havia obrigação de fornecer material didático para as turmas”. O que me deixava surpresa era o fato da atual gestora já ter participado de uma experiência de alfabetização no Programa Alfabetização Solidária, e conseqüentemente, conhecia como se dar o processo de alfabetização desses Programas que são tão esquecidos pela gestão pública e mesmo assim não deu nenhum apoio a nossa ação no dentro da escola. Na etapa seguinte a alfabetizadora que trabalhava junto comigo não quis permanecer no Programa.



Eu matriculei novos alunos para a etapa 2010 só que foi desafiadora para mim, uma vez que eu me via sozinha para poder pensar minha forma de alfabetizar. A formação dessa etapa foi muito relevante, pois a cada formação minha bagagem teórica passava a estar mais repleta de conhecimentos. Outra coisa boa foi que eu já estava no 6º período do curso de Pedagogia e cursava as disciplinas área de aprofundamento em EJA e passei a relacionar as discussões da formação com as da universidade, com tais indagações: como a formação inicial poderia nos provocar a reflexão para o papel de alfabetizador voltada para uma prática que atendesse os objetivos do Programa? Até que ponto formação inicial PBA nos capacita para uma prática conscientizadora? Foram essas e tantas outras indagações que me levaram a buscar entender como era organizada essa etapa inicial da formação, promovida pela Secretaria de Educação do Estado da Paraíba. A seguir apresentarei as considerações dos dois formadores que foram coletadas a partir da aplicação dos questionários.

### **3 ENTENDENDO A FORMAÇÃO DOS ALFABETIZADORES A PARTIR DO OLHAR DOS PROFESSORES FORMADORES**

Para entender o olhar dos formadores em relação do PBA elaborei um questionário de pesquisa (ver em apêndices) e apliquei com dois formadores um do sexo masculino (João)<sup>3</sup> e o outro do sexo feminino (Luiza). Os formadores entrevistados fizeram parte da equipe pedagógica da formação inicial das etapas 2008, 2009 e 2010 que eu participei, etapas essas que está sendo analisadas através deste trabalho, além de ter sido aluna dos mesmos respectivamente na formação, sendo assim considerei relevante entrevistá-los. O terceiro formador não foi possível localiza-lo, por isso a escolha de apenas dois entrevistados. A partir das respostas dos formadores fiz uma análise comparativa para melhor compreender como se dá o processo inicial da de formação no PBA.

Composto de cinco pontos, o primeiro tratou de como se deu a inserção dos formadores na etapa inicial da formação do Programa. No segundo ponto foi questionado como acontece à preparação da formação inicial, no que diz respeito à escolha dos temas e a metodologia utilizada. O terceiro tratou da avaliação que os formadores fazem da participação dos alfabetizadores no processo da formação inicial. O quarto questionamento estava voltado para possíveis sugestões dos formadores para enriquecer o processo formativo e no último item busquei conhecer a trajetória profissional dos formadores na EJA.

---

<sup>3</sup> Ao me referi aos sujeitos pesquisados utilizarei nomes fictícios para guardar a identidade dos mesmos.

Sobre o convite para ser formador, João acredita que foi convidado pela Gerência Executiva de Educação de Jovens e Adultos (GEEJA) pelo reconhecimento de sua trajetória na EJA. Relatou que desde 1976 vem atuando nessa área em processo de formação. Foi de 1976 a 1978, membro do Projeto Educativo do Menor (PEM), criado pela Diocese de Guarabira /PB e trabalhou com adolescentes que nunca tiveram acesso ou foram expulsos da Escola. De 1979 a 1982, atuou em João Pessoa, com alfabetização de pessoas jovens e adultas, num projeto criado por freiras. De 1982 a 1987, atuou no SEDUP (Guarabira - PB), com educação Popular. De 1987 a 2002, atuou no CEDOP (João Pessoa – PB), também com Educação popular e, a partir de 1993, tornou-se professor na UFPB. Já a formadora Luiza iniciou sua trajetória no Programa Alfabetização Solidária e logo após tornou-se coordenadora dos Programas de EJA no município onde trabalhava. Em seguida trabalhou com a educação do campo através do Programa Saberes da Terra, foi um período de grandes aprendizagens, uma vez que os sujeitos do Programa eram agricultores familiares, ou seja, jovens e adultos. A partir do ano 2008 até a presente data se encontra atuando no Pro jovem Urbano. A mesma iniciou como apoio técnico pedagógico, atualmente está como diretora de Pólo na 3ª Gerência Regional de Educação, atendendo aos municípios que fazem parte do programa e que são de competência da referida regional e através dessa trajetória, para atuar como formadora passou por um processo de seleção de currículo e que foi selecionada por atender aos requisitos propostos pela GEEJA que eram: ter licenciatura plena, curso de pedagogia, ter um curso de pós-graduação e experiência em Educação de Jovens e Adultos, de pelo menos dois anos.

No que se refere à escolha dos temas e da metodologia adotada na formação, João explicou que para a formação inicial não há um currículo próprio do Estado e o PBA não estipula regras nem metodológicas nem filosóficas para a alfabetização, por isso a equipe de formação era livre para escolher textos para serem trabalhados na formação. Em sua opinião a lógica de educação de Paulo Freire para a alfabetização apenas “serve para enfeitar discursos orais e textos escritos” (JOÃO).

Para Luiza o processo de preparação da Formação Inicial se deu através de um planejamento que a GEEJA preparou em conjunto com o setor pedagógico e que tinha como base a resolução do Programa que estabelecia os critérios e normas para a execução do PBA. Esse documento apresentava uma proposta de formação inicial e continuada para alfabetizadores e coordenadores, com temas preestabelecidos. Cada ente executor fazia se necessário, algumas adaptações de acordo com as suas especificidades, sem fugir do seu foco principal que era garantir a unidade dos princípios pedagógicos essenciais ao funcionamento do Programa.

Sobre a avaliação que os formadores faziam da participação dos alfabetizadores no decorrer da etapa inicial da formação, levando em consideração que predominava no grupo a formação de nível médio, João enfatizou que o tempo para alfabetização era muito pouco e que pessoas despreparadas não conseguem alfabetizar, “nem mesmo os Universitários de qualquer faculdade não aprenderam a alfabetizar em tão pouco tempo” (JOÃO). Para Barreto; Barreto (2010, p. 81) “todo profissional saído da universidade reconhece que veio aprender a sua profissão depois de formado e, no entanto a ideia de formação anterior à ação continua intacta”. João acredita ser indispensável à formação inicial, a qual precisa dar continuidade através de uma formação em serviço na qual “se deve avaliar o feito para com base nas ações empreendidas se pensar o planejamento das novas ações”(JOÃO).

Luiza ressaltou a importância de no primeiro contato já conhecer o perfil da turma através de questões como: o que levou à participar do Programa e o qual a profissão de cada um? “Muitos não se dão conta dos temas que estão sendo apresentados, pois nem eles mesmos têm consciência daquilo que está sendo proposto para que eles ensinem a seus educandos” (LUIZA).

Na opinião de João a atual lógica de formação deveria ser extinta, pois sua sugestão para melhorar o processo formativo do PBA vai muito além do que vivemos na formação inicial do Programa. Ele considerou que:

Era necessário um curso específico para pensar a alfabetização de adultos, com estágios discutidos e acompanhados. Isso poderia até se dar no curso de Pedagogia. Ou, fora disso, poderia ser até um curso técnico, por um período mínimo de dois anos, podendo ser a nível universitário ou em nível médio. E aí sim, se poderia considerar isso uma formação mais próxima para efeitos de alfabetização mais palpáveis (JOÃO).

Luiza sugere que “seria necessário estabelecer critérios mais concisos para seleção de coordenadores e alfabetizadores, pois não se pode alfabetizar um adulto sem antes uma preparação específica maior”. Segundo Barreto; Barreto (2010, p. 80)

Hoje existe uma relação entre a qualidade da prática do alfabetizador e a sua experiência como leitor e escritor [...] a formação não determina a qualidade de leitor do alfabetizador, mas certamente pode contribuir para que esta qualidade melhore, desde que se preocupe com isto.

A partir do questionário foi possível perceber que os formadores tem uma caminhada no campo da EJA. Já o João reflete sobre a formação de uma forma mais aprofundada, o que é compreensível, pois atua na universidade sempre ligado a Educação de Jovens e adultos, lecionando nas disciplinas de alfabetização de jovens e adultos e de Fundamentos da EJA.

## CONCLUSÃO

O pressuposto fundamental desse trabalho foi refletir sobre a formação do alfabetizador. Para tanto tomei como referência as minhas experiências nas etapas que participei e o olhar dos formadores sobre a etapa inicial da formação do Programa Brasil Alfabetizado.

A pesquisa desenvolvida para construir este trabalho trouxe muitas aprendizagens no âmbito da minha formação, porém o mais relevante foi a forma teórico-metodológica trabalhada na formação, pois possibilitou conhecer métodos para alfabetizar voltados para uma prática que trabalha a realidade do aluno, uma vez, que complementou a teoria que vinha refletindo na formação inicial enquanto acadêmica.

Ao conhecer as opiniões dos formadores pude compreender o que eles pensam sobre o processo formativo do PBA no que diz respeito ao perfil do alfabetizador e a forma como utilizam as metodologias no processo de formação inicial. Percebi a grande importância desse processo para o alfabetizador, pois proporciona conhecer teorias que ajudam na prática cotidiana do mesmo no atendimento ao educando. Porém precisa ser analisada a inserção desse alfabetizador nesse processo, pois um dos principais problemas que contribui para os déficits do programa se reflete na formação do alfabetizador, pois os formadores pensam a formação de uma forma que o leve refletir sobre a alfabetização baseada numa concepção da pedagogia freireana. Ao conhecer o perfil do grupo o formador acaba percebendo que muita coisa do que está sendo trabalhado na formação, os alfabetizadores não tem conhecimento do que está ali sendo proposto para a alfabetização, pois “é lamentável perceber quanta teoria de ótima qualidade é transformada em simples receitas” (BARRETO; BARRETO 2010, p 84).

Embora tenha me inserido nessa experiência através de um convite fui ganhando mérito através da minha prática cotidiana como alfabetizadora, prática esta que me influenciou a tomar a decisão de se aprofundar mais na área de EJA. Acredito que essa experiência do PBA associada as minhas reflexões no decorrer do curso de pedagogia foram relevantes para a minha formação enquanto alfabetizadora de jovens e adultos. Ao final da minha pesquisa, vejo o Programa Brasil Alfabetizado como um meio de inserção a cidadania

por meio da educação e como porta de entrada para a escolarização institucionalizada, sendo contrário aos propósitos das primeiras iniciativas de alfabetização de adultos no país.

### ABSTRACT

This article is about the formative process of literacy within the Literate Brazil Program. This study aimed to understand how happen the initial stage of training program. Resulted in a theoretical research in academic texts, resolutions of the PBA and the materials used in the training process, and a questionnaire. Was driven by the following questions: Who thinks the process of training of literacy? How does the choice of themes and texts worked in training? From the data collected with two trainers were made reflections confronting the thoughts of studied subjects and analyzed theory. At the end, it was concluded that one should think the way of insertion of literacy in the Literate Brazil program and that the initial process is essential to the practice of literacy, because literacy will have access to know the theory to further develop their practice.

Keywords: Literacy practices. Literate Brazil Program. Training of literacy.

### REFERÊNCIAS

BARRETO, José Carlos; BARRETO Vera. A formação dos Alfabetizadores. In. GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (orgs). **Educação de Jovens e Adultos: teoria e prática**. 11. ed. São Paulo, p. 79-87.

BRASIL. **RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 36 DE 22 DE JULHO DE 2008**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/brasilalfabetizado/resolucao\\_pba\\_2008.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/brasilalfabetizado/resolucao_pba_2008.pdf)> Acesso em: 26 abr. 2012

BRASIL. **RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 12, DE 3 DE ABRIL DE 2009**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12282&Itemid=544](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12282&Itemid=544)> - Acesso em: 26 abr. 2012

BRASIL. **RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 6 DE 16 DE ABRIL DE 2010**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12282&Itemid=544](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12282&Itemid=544)> - Acesso em: 26 abr. 2012.

DUARTE, Cláudia Costa. **Projeto Escola Zé Peão: uma instância de formação de educadores de jovens e adultos**. 2011. 132 f. Dissertação (Mestrado em educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

Educação para jovens e adultos: ensino fundamental: proposta curricular -1º segmento / coordenação e texto final (de) Vera Maria Masagão Ribeiro; — São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 2001. 239p.

ESTEVEES, Regina Célia Vasconcelos. **Programa Alfabetização Solidária**: uma estratégia de sucesso para a educação de jovens e adultos no Brasil. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intrados/groups/public/documents/clad/clad0044529.pdf>> Acesso em: 16 mai. 2012

HENRIQUES, Ricardo; IRELAND Timothy. **Construção coletiva**: Contribuições à educação de jovens e adultos.—Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2005, p. 347 – 357.

MACHADO, Maria Margarida. **A educação de jovens e adultos no Brasil pós-Lei nº 9.394/96**: a possibilidade de constituir-se como política pública. Disponível em <<http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/emaberto.pdf>> Acesso em: 15 mai. 2012.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação Popular e educação de adultos**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

UNESCO. **Alfabetização de jovens e adultos no Brasil**: lições da prática. Brasília: UNESCO, 2008.

## APÊNDICES I



CENTRO DE HUMANIDADES – CAMPUS III

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ALUNA CONCLUINTE: EDNA SOARES DA SILVA SANTOS

Sr (a) Professor (a),

Enquanto aluna concluinte do Curso de Pedagogia da UEPB – Campus III Guarabira, venho solicitar a sua contribuição profissional para realização do meu Trabalho de Conclusão de Curso. Estou pesquisando sobre a formação inicial de alfabetizadores do Programa Brasil Alfabetizado. Por isso, visando entender o processo da formação elenquei como sujeitos da minha pesquisa os formadores participantes da etapa inicial do PBA. Sua participação nessa

pesquisa será de suma importância, pois, seu olhar na condição formador do Programa me proporcionará refletir sobre o processo formativo dos alfabetizadores do PBA e consequentemente desenvolver meu TCC. Neste sentido, solicito a sua colaboração para responder as seguintes questões:

- Como se deu o convite para participar da Formação inicial do Programa Brasil Alfabetizado, desenvolvida pela Secretaria de Estado da Educação?
- Como acontece o processo de preparação dessa formação, em relação a escolha dos temas, da metodologia e dos textos utilizados no decorrer da Formação?
- Considerando o nível de formação dos alfabetizadores, em que muitos tem só o ensino médio, qual a sua avaliação em relação a participação dos alfabetizadores no decorrer da formação inicial?
- Ao participar da formação inicial, na condição de Formador (a), que sugestões apresentariam para enriquecer o processo formativo dos alfabetizadores?
- Além dessa atuação como formador (a) do PBA que outras ações já desenvolveu ou desenvolve na área da Educação de Jovens e Adultos?

Por ética acadêmica seu nome não será citado em nenhum momento no decorrer do trabalho, assim solicito que seja indicado um nome fictício.